08/07/2021

Número: 0600938-49.2020.6.05.0178

Classe: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral

Órgão julgador: Ministro Alexandre de Moraes

Última distribuição: 14/06/2021

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Cargo - Prefeito, Abuso - De Poder Econômico, Abuso - De Poder Político/Autoridade,

Captação Ilícita de Sufrágio, Ação de Impugnação de Mandato Eletivo

Segredo de justiça? **SIM** Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes			Procurador/Terceiro vinculado			
	SANDRA GOMES (VANTE)	REIS E SILVA DO CARMO	MICHEL SOARES REIS (ADVOGADO)			
COLIG	AÇÃO VAMOS S	EGUIR AVANÇANDO (AGRAVADA)	ANTONIO DAGOBERTO DE JESUS RIOS (ADVOGADO)			
Procur	ador Geral Eleito	oral (FISCAL DA LEI)		•		
Documentos						
ld	Data da	Documento		Tino		

Documentos					
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo		
13921 3938	06/07/2021 18:04	Despacho	Despacho		



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL (12626) Nº 0600938-49.2020.6.05.0178 (PJe) - S A N T O A M A R O - B A H I A

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE **MORAES** AGRAVANTE: **ALESSANDRA** GOMES REIS E SILVA DO **CARMO** OAB/BA0014620 ADVOGADO: **SOARES** REIS MICHEL **SEGUIR** AGRAVADA: COLIGAÇÃO VAMOS **AVANÇANDO** ADVOGADO: ANTONIO DAGOBERTO DE JESUS RIOS - OAB/BA0038880

DESPACHO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ALESSANDRA GOMES REIS E SILVA DO CARMO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial eleitoral apresentado em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, pelo qual determinado o retorno dos autos à origem para aperfeiçoamento da relação jurídica processual e regular prosseguimento da ação de impugnação de mandato eletivo.

Os autos ainda não foram encaminhados ao Ministério Público Eleitoral para parecer.

A Secretaria Judiciária certificou a marcação deste processo como sigiloso na origem (ID 138902838).

De fato, verifico que os presentes autos estão protegidos pelo sigilo legal, nos termos do art. 14, § 11, da Constituição Federal.

Diante do exposto, encaminhe-se à Procuradoria-Geral Eleitoral para emissão de parecer.

Publique-se.

Brasília, 05 de julho de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES
Relator

